



SABATINA COM CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

“Desataremos o nó do Centrad”

Leandro Grass (PT) destacou que vai modernizar o funcionamento do Estado, defendeu a valorização da educação e mais transparência no BRB. “Nosso governo vai ter gente técnica, competente e com planejamento”, acrescentou

» CARLOS SILVA

O candidato do PT ao Governo do Distrito Federal, Leandro Grass, apresentou, durante sabatina promovida ontem pelo **Correio**, um conjunto de propostas para áreas como educação, saúde, segurança pública, cultura, gestão administrativa e desenvolvimento econômico. Ao longo da entrevista, o petista também criticou a atual administração do Distrito Federal, questionou a condução das contas públicas e defendeu uma mudança na forma como o governo local utiliza os recursos disponíveis.

Na discussão sobre estrutura administrativa, Grass tratou do antigo Centro Administrativo do Distrito Federal (Centrad), em Taguatinga. O complexo, segundo ele, pode ser utilizado para reduzir despesas com aluguel de imóveis ocupados atualmente por órgãos do governo. “Desataremos o nó do Centrad, para resolver (essa questão) juridicamente e financeiramente, porque o rendimento que teremos, deixando de pagar aluguel milionário e levando parte do governo para lá, vai ser significativo”, afirmou.

Grass também disse que pretende reformular a estrutura de secretarias e modernizar o funcionamento do Estado sem simplesmente ampliar o tamanho da máquina pública. A proposta, de acordo com o candidato, é ter uma administração baseada em critérios técnicos, planejamento e eficiência. “Precisamos remodelar isso (gestão), ter no DF uma administração pública mais moderna, mais eficiente e que responda aos desafios da cidade. Nosso governo vai ter gente técnica, competente e com planejamento”, avaliou.

Para viabilizar suas propostas sem a necessidade de aumentar impostos, Leandro Grass defendeu a racionalização dos gastos públicos e uma auditoria criteriosa nas renúncias fiscais concedidas pelo DF, estimadas entre R\$ 10 bilhões e R\$ 13 bilhões anuais. O petista criticou o inchaço da máquina administrativa e a criação de cargos comissionados sem planejamento, propondo condicionar os benefícios fiscais a contrapartidas sociais concretas.

“Nós vamos revisar toda a renúncia fiscal do DF, estabelecer cláusulas e encerrar esse ciclo de que quem é amigo do governador tem benefício, e quem não é, não tem”, disse. “Temos que cortar gastos supérfluos,

Fotos: Ed alves/CB/D.A Press



reduzir onde é ineficiente, mas ampliar a capacidade. E não é aumentar imposto”, acrescentou. O candidato afirmou ainda que é preciso “estimular a arrecadação com desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda”.

Outro ponto da sabatina foi o Fundo Constitucional do Distrito Federal, mecanismo que financia parte significativa das despesas com segurança pública, saúde e educação. Questionado sobre os debates envolvendo a preservação dos repasses federais, Grass defendeu a manutenção do fundo. “O Fundo Constitucional se justifica justamente porque Brasília é a capital e precisa dar esse bom exemplo e também proteger a sede do poder. Termos aqui uma boa segurança pública, também uma boa educação, uma boa saúde pública que são justamente as áreas que o Fundo garante”, afirmou.

O candidato direcionou críticas à administração de Ibaneis Rocha e

Celina Leão. Na avaliação de Grass, o aumento da capacidade fiscal do governo federal deveria ter se refletido em uma situação mais confortável para as contas do DF. “Olha só a contradição, aumentou o Fundo Constitucional porque o governo Lula conseguiu aumentar a capacidade fiscal e melhorar a economia, mas aqui no DF, Celina e Ibaneis estão entregando o governo com déficit.”

Mais transparência

A situação do Banco de Brasília (BRB) foi um dos temas mais contundentes da entrevista. Grass afirmou que qualquer discussão sobre o futuro da instituição precisa começar pela divulgação clara das informações financeiras e pela realização de uma auditoria. “O primeiro passo para recuperar o BRB é transparência radical absoluta, integridade e credibilidade. Aí nós temos que olhar quais são as possibilidades”, enfatizou.

Para Grass, a transparência é necessária não apenas para esclarecer a situação financeira da instituição, mas também para manter a capacidade do BRB de financiar atividades econômicas no DF. “Esse dinheiro era do banco da cidade, era do povo do Distrito Federal”, ressaltou. “Vamos assumir o governo e vamos construir uma solução para o BRB com transparência, com diálogo e com compromisso para que o banco possa cumprir o seu papel, que é desenvolver a economia”, completou.

Ampliação de alianças

No campo político, Grass falou sobre as articulações para a eleição e deixou aberta a possibilidade de ampliação da aliança que sustenta sua candidatura. O petista destacou especialmente o interesse na participação do PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin e que, no DF, tem Ricardo Cappelli como candidato.

Grass explicou a escolha para avise. Segundo ele, a tentativa inicial era reservar a posição para o PSB, mas as negociações não avançaram. “Hoje, temos uma candidata à vice-governadora, que é a Dora Gomes. Está aqui conosco, uma liderança da cidade, tem feito um trabalho importante na luta pela igualdade racial e tem um ótimo diálogo com o setor empresarial!”

Ao analisar a conjuntura partidária no DF e o desgaste enfrentado por legendas tradicionais, Leandro Grass afirmou que o PT sofre um impacto direto das disputas ideológicas por manter um posicionamento claro no cenário político. “O PT, como é o maior partido da América Latina e do Brasil, acaba sendo afetado por isso. Porque tem lugar, posição e projeto.”

Valorizar o professor

Professor de formação, Grass colocou a educação entre os principais eixos de sua eventual gestão. Ao

Precisamos remodelar isso (gestão), ter no DF uma administração pública mais moderna, mais eficiente e que responda aos desafios da cidade. Nosso governo vai ter gente técnica, competente e com planejamento”

Leandro Grass (PT)

comentar os resultados do Distrito Federal no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), afirmou que a recuperação da qualidade do ensino passa, antes de tudo, pela valorização de quem trabalha nas escolas. Para ele, professores e demais profissionais da educação precisam estar no centro da política pública. Grass também criticou o que considera baixo nível de investimentos da atual gestão na construção e ampliação da rede pública.

“Precisamos primeiro valorizar os profissionais da educação. Cuidar do professor, de todos aqueles que trabalham na escola, do secretário, do orientador, também da merendeira, do vigilante, porque a escola é feita de gente. Se você não tiver o profissional valorizado, você não consegue avançar”, analisou. “Vamos ampliar a rede de escolas do DF e que escolas? Escolas em tempo integral, não só no tempo, mas também na integralidade da formação. Escola com arte, ciência, tecnologia e profissionalização”, concluiu.

Conselho gestor para orçamento

» GABRIELA CIDADE*

O candidato do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) ao governo do Distrito Federal, Robson Raymundo, professor da rede pública do DF há 26 anos, participou da sabatina do **Correio** e defendeu o que chamou de “governo socialista dos trabalhadores”, com secretários eleitos pelas categorias profissionais e sem salário de governador para ele próprio.

Segundo o candidato, a prioridade de uma eventual gestão será a saúde. Ele propõe extinguir o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (Iges), que classificou como ineficiente e envolvido em problemas de corrupção, substituindo-o por conselhos populares com trabalhadores e usuários controlando o sistema desde as UBS até os hospitais.

Ele também avaliou a questão da segurança pública. “A criminalidade é uma consequência das desigualdades sociais e econômicas que o próprio sistema capitalista produz. Nós temos que construir uma saída socialista para esta questão. Isso envolve mudar a situação do comando das forças policiais”, afirmou. “Polícia não pode ser tropa de bater e dar tiro de governadores, e, infelizmente, é isso que acontece, desprezando a opinião dos próprios trabalhadores que se veem como trabalhadores da

segurança pública, querem fazer segurança pública mas não são ouvidos nem respeitados”, acrescentou.

Robson Raymundo disse ser favorável ao que chamou de “armamento coletivo” da população, vinculado a conselhos populares e cursos preventivos, mas com um modelo específico. Para ele, deve existir uma força de segurança pública preventiva. Haveria cursos abertos para qualquer pessoa que queira colaborar com a segurança coletiva. Para o candidato, isso evitaria que a responsabilidade de segurança e prevenção da violência ficasse concentrada em um único grupo.

O fim da Polícia Militar como instituição e a criação de uma guarda civil de caráter preventivo a partir da PM e da Polícia Civil foi outra proposta apresentada. Com relação ao feminicídio, o candidato atribuiu o aumento de casos a uma combinação de crise econômica e propaganda retrógrada que busca resgatar um “passado idílico” em que as mulheres estariam sob controle. “As mulheres não são um problema e não precisam ser controladas”, declarou.

Ele propôs casas-abrigo mais estruturadas e treinamento em defesa pessoal para mulheres. Quanto à população em situação de rua, disse que a repressão não resolve o problema e sustentou como uma das soluções a ampliação de centros de acolhimento com atendimento médico e social.



Na área fiscal, o candidato afirmou que o PSTU é contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e quer sua revogação, propondo em seu lugar um conselho gestor do orçamento formado por representantes eleitos de sindicatos e movimentos sociais. Ele também prometeu extinguir cargos comissionados e fazer uma auditoria popular da dívida do Governo do Distrito Federal e do Banco de Brasília (BRB), argumentando que a cobrança de devedores liberaria recursos para a população.

Contrário às privatizações, o candidato é a favor da reestatização da CEB e da Rodoviária do Plano Piloto, resumindo sua posição:

“Privatiza que piora”. Para o transporte público, a ideia é a estatização total do sistema e tarifa zero, citando municípios do Entorno do DF que adotam o modelo e afirmando que 2% do orçamento seriam suficientes para bancar a medida. Questionado sobre a segurança jurídica de contratos já firmados, disse que o processo seria conduzido de acordo com o ritmo da “mobilização da classe trabalhadora”.

Na educação, Raymundo criticou o Ideb como um índice “viciado e incompleto” por se basear apenas em provas, sugerindo um novo indicador construído com trabalhadores, estudantes e pais, que leve em

conta estrutura física, áreas verdes e alimentação nas escolas. Ele propôs também a ampliação do número de escolas em tempo integral.

Na cultura, o candidato sugeriu a criação de um conselho popular de artistas para administrar as verbas do setor. Ele afirmou que a categoria “tem razão de estar raivosa” com o governo atual, citando atrasos em pagamentos do Fundo de Apoio à Cultura e ameaças ao Festival de Cinema de Brasília, que relacionou a problemas mais amplos envolvendo o Banco Master e o BRB. Defendeu também a construção conjunta, com artistas e moradores, de critérios para a chamada “Lei do Silêncio”,

que regula a vida noturna da cidade.

Questionado sobre por que o PSTU não se aliou a outros partidos de esquerda na eleição, Raymundo respondeu que nenhuma outra legenda tem as mesmas propostas e que o partido aposta na organização da classe trabalhadora pela base, e não em “salvadores da pátria”. Sobre eventuais greves em seu governo, disse que negociaria diretamente e sem repressão, mas considera pouco provável esse cenário, caso os trabalhadores estejam, segundo ele, no controle do próprio Estado.

* Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso